



QUESTÃO 01

A Lei Federal 8666, de 21 de junho de 1993, institui normas para licitações e contratos da administração pública, em seu art. 2º as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão:

- a) Necessariamente precedidas de imitação.
- b) Necessariamente precedidas de licitação.
- c) Necessariamente precedidas de intimação.
- d) Necessariamente precedidas de procuração.

QUESTÃO 02

No artigo 3º da Lei Federal 8666, de 21 de junho de 1993, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. O critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) Produzidos no Exterior, Produzidos ou prestados por empresas estrangeiras, Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no Exterior.
- b) Produzidos no Exterior, Produzidos ou prestados por empresas brasileiras, Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- c) Produzidos no País, Produzidos ou prestados por empresas brasileiras, Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- d) Produzidos no País, Produzidos ou prestados por empresas brasileiras, Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no Exterior.

QUESTÃO 03

Conforme Artigo 53 da Lei Federal 8666, de 21 de junho de 1993, o leilão pode ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado.

- a) Pela administração.
- b) Pela auditoria.
- c) Pelo contador.
- d) Pela riqueza.

QUESTÃO 04

A Lei complementar 101, de 04 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no:

- a) Capítulo III do Título VI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- b) Capítulo II do Título VI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- c) Capítulo II do Título VII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

d) Capítulo III do Título VII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

QUESTÃO 05

Conforme Artigo 51 da Lei complementar 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo da União promoverá, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público, até o dia:

- a) Trinta de Abril.
- b) Trinta e Um de Maio.
- c) Trinta de Junho.
- d) Trinta e Um de julho.

QUESTÃO 06

A Portaria Interministerial n. 163, de 04 de maio de 2001, dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em seu art. 6º, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por:

- a) Pesquisa econômica, natureza de despesa e modalidade de aplicação.
- b) Categoria econômica, grupo de natureza de receitas e moralidade de aplicação.
- c) Categoria macro econômica, grupo de natureza de receitas e modalidade de receitas.
- d) Categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

QUESTÃO 07

Na Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, dispõe sobre as sociedades por ações, no seu artigo 177, a escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime:

- a) De Abstrato.
- b) Das Anuências.
- c) De Competência.
- d) Das concorrentes.

QUESTÃO 08

No artigo 187 da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976, a demonstração do resultado do exercício, discriminará:

- a) A receita líquida das despesas e receitas, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto.
- b) A receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto.
- c) A receita bruta das vendas e serviços, o custo das receitas e serviços recebidos e o lucro líquido.
- d) As despesas líquidas das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro operacional financeiro líquido.



QUESTÃO 09

Conforme o Artigo 219 da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, como se extingue-se a companhia.

- a) Pelo encerramento da liquidação e pela incorporação ou fusão, e pela cisão com versão de todo o patrimônio em outras sociedades.
- b) Pela abertura e pela incorporação ou fusão, e pela cisão com versão de todo o patrimônio em disponibilidades.
- c) Pelo encerramento das atividades e pela conversão de todo o patrimônio em disponibilidades.
- d) Pelo remanejamento de todo o passivo financeiro para outras sociedades.

QUESTÃO 10

A Lei nº 11638, de 29 de dezembro de 2007, altera e revoga dispositivos da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Na demonstração dos fluxos de caixa conforme art. 188 da Lei nº 6404, as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

- a) Das operações, dos financiamentos e dos investimentos.
- b) Das distrações, dos agregados e dos investimentos.
- c) Das despesas, dos financiamentos e dos lucros.
- d) Das aplicações, dos financiamentos e dos sócios.

QUESTÃO 11

Conforme a Lei nº 11638, de 29 de dezembro de 2007, no Artigo 6, os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até:

- a) A sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor.
- b) A sua efetiva realização ou incluídos até o final do mês social em que esta Lei entrar em vigor.
- c) A sua efetiva incorporação até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor.
- d) Que sejam distribuídos aos governistas.

QUESTÃO 12

A Lei 10520, de 17 de julho de 2002, institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. No art. 4, a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará regras, indique uma regra:

- a) O prazo fixado para a apresentação das aplicações, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 80 (oitenta) dias úteis.
- b) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis.
- c) O prazo fixado para a apresentação dos balanços sociais, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis.

d) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da prestação do serviço, não será inferior a 10 (dez) dias úteis.

QUESTÃO 13

Conforme a Lei Complementar 4320, de 17 de março de 1964, no art. 31, as propostas orçamentárias parciais serão revistas e coordenadas na proposta geral, considerando-se:

- a) A despesa estimada e as novas circunstâncias.
- b) A receita estimada e as novas circunstâncias.
- c) A receita estimada e as novas receitas líquidas.
- d) A despesa efetiva e as novas circunstâncias.

QUESTÃO 14

No art. 77 da Lei Complementar nº 4320, de 17 de março de 1964, a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será:

- a) Apresentando em ato solene Municipal.
- b) Prévia, extraordinária e efetiva.
- c) Prévia, concomitante e subsequente.
- d) No ato, concomitante e Intermunicipal.

QUESTÃO 15

Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 31 expressa que a fiscalização do Município será exercida pelo:

- a) Poder Legislativo Federal, mediante controle interno, e pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo Federal.
- b) Poder Legislativo do Distrito Federal, mediante controle interno, e pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo do Distrito Federal.
- c) Poder Legislativo Estadual, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Estadual.
- d) Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.

QUESTÃO 16

No Artigo 43 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em:

- a) Um mesmo complexo macroeconômico e intersocial, visando a seu desenvolvimento e à redução das despesas regionais.
- b) Um mesmo complexo geoeconômico e financeiro, visando a seu desenvolvimento e à redução das receitas regionais.
- c) Um mesmo complexo administrativo e contábil, visando a seu desenvolvimento e à redução das despesas e receitas.
- d) Um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

QUESTÃO 17

Conforme Artigo 70 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da

administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo:

- a) Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- b) Congresso Estadual, mediante controle interno, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- c) Congresso Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle externo de cada Poder.
- d) Congresso Social, mediante controle interno, e pelo sistema de controle interno de cada Associação.

QUESTÃO 18

Conforme Artigo 156 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a quem compete instituir o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana:

- a) Aos Municípios.
- b) Aos Estados.
- c) A União.
- d) Ao cidadão.

QUESTÃO 19

Conforme Artigo 167 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, é:

- a) Automático.
- b) Aceito.
- c) Vedado.
- d) Aprovado.

QUESTÃO 20

A Lei Complementar 709, de 14 de janeiro de 1993, Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado. Em sua seção II, do julgamento das contas, em seu art. 32, ao julgar as contas, o Tribunal de Contas decidirá se:

- a) São despesas ou receitas.
- b) São regulares, regulares com ressalva ou irregulares, definindo, conforme o caso, a responsabilidade patrimonial dos fornecedores, ordenadores de receitas e demais responsáveis por bens e valores públicos.
- c) São pagas regularmente sem ressalva, definindo, conforme a aplicação, a responsabilidade patrimonial dos gestores, ordenadores de lucros e demais responsáveis por bens e valores públicos.
- d) São regulares, regulares com ressalva ou irregulares, definindo, conforme o caso, a responsabilidade patrimonial dos gestores, ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos.

QUESTÃO 21

E correto afirmar que a fórmula do CMV (Custos das Mercadorias Vendidas) é:

- a) $CMV = (\text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Estoque Inicial})$.
- b) $CMV = (\text{Estoque Inicial} + \text{Vendas} - \text{Estoque Final})$.
- c) $CMV = (\text{Estoque Final} + \text{Compras} - \text{Estoque Final})$.
- d) $CMV = (\text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Estoque Final})$.

QUESTÃO 22

Calcule os custos das Mercadorias Vendidas:

Estoque Inicial = 220.000,00

Compras = 170.000,00

Estoque Final = 115.000,00

- a) $CMV = 170.000,00$
- b) $CMV = 505.000,00$
- c) $CMV = 275.000,00$
- d) $CMV = 390.000,00$

QUESTÃO 23

É correto afirmar que patrimônio público é:

- a) O conjunto de direitos e obrigações, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador e represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.
- b) O conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador e represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.
- c) O conjunto de aplicações financeiras, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor privado, que seja portador e represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.
- d) O conjunto de benfeitorias, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, pagos pelas entidades do setor público, que seja portador e represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor privado e suas obrigações.

QUESTÃO 24

As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. As variações patrimoniais podem ser classificadas em:

- a) Balanço e Balancete.
- b) Impostos e Despesas.
- c) Patrimônio e Ativos.
- d) Quantitativas e Qualitativas.

QUESTÃO 25

As variações patrimoniais aumentativas aumentam o:

- a) Ativo Disponível.
- b) Imobilizado.
- c) Exercício atual.
- d) Patrimônio líquido.

QUESTÃO 26

O balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, as demonstrações dos fluxos de caixas e as notas explicativas, são:

- a) Livros e revistas contábeis.
- b) Componentes das imobilizações.
- c) Componentes das demonstrações contábeis.
- d) Componentes do Passivo Circulante.

Observe a tabela e responda as questões 27 a 28.

Receitas de Serviços	R\$ 300.000,00
Caixa	R\$ 10.000,00
Contas a Receber	R\$ 10,00
Bancos	R\$ 132.000,00
Impostos a Recolher	R\$ 54.000,00
Salários a Pagar	R\$ 14.000,00
Imóveis	R\$ 500.000,00
Despesas com alugueis	R\$ 58.000,00

QUESTÃO 27

Qual o saldo do ativo e passivo respectivamente:

- a) R\$ 442.010,00 e R\$ 58.000,00
- b) R\$ 496.010,00 e R\$ 68.000,00
- c) R\$ 642.010,00 e R\$ 68.000,00
- d) R\$ 700.010,00 e R\$ 500.000,00

QUESTÃO 28

Qual o saldo do imobilizado:

- a) R\$ 300.000,00
- b) R\$ 500.000,00
- c) R\$ 10,00
- d) R\$ 10.000,00

QUESTÃO 29

O razonete abaixo apresenta um saldo de fornecedor a pagar de:

Fornecedor a Pagar	
R\$ 34.500,00	R\$ 22.000,00
R\$ 12.000,00	R\$ 220.000,00
R\$ 22.000,00	

- a) R\$ 173.500,00
- b) R\$ 242.000,00
- c) R\$ 68.500,00
- d) R\$ 310.500,00

QUESTÃO 30

Pensando em juros simples onde um capital de R\$ 20.000,00 aplicado a taxa de juros simples de 4% ao mês durante 8 meses. Determine o montante final:

- a) R\$ 22.000,00
- b) R\$ 22.200,00
- c) R\$ 26.000,00
- d) R\$ 26.400,00

QUESTÃO 31

Identifique V para Verdadeiro e F Para Falso, nas operações de crédito.

- () Mútuo.

- () Aquisição financiada de bens.
- () Arrendamento mercantil.

- a) V, V e V.
- b) V, F e V.
- c) F, V e F.
- d) F, F e F.

QUESTÃO 32

A composição do balanço orçamentário se apresenta pelos quadros:

- a) Quadro oficial; Quadro da Reserva dos Restos a Pagar Não Processados; e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.
- b) Quadro principal; Quadro da Execução das Receitas a Receber Não Processadas; e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.
- c) Quadro principal; Quadro da Execução dos Restos a Receber Não Processados; e Quadro da Execução dos Restos a Receber Processados.
- d) Quadro principal; Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

QUESTÃO 33

Complete:

As Receitas de Capital são as receitas (_____) que (_____) as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, não provocam efeito sobre o (_____).

- a) Orçamentárias, aumentam e Patrimônio Líquido.
- b) Financeiras, diminuem e Patrimônio Líquido.
- c) Extras, aumentam e ativo.
- d) De Serviços, diminuem e Resultado.

QUESTÃO 34

Um dos objetivos do plano de contas aplicados ao setor público (PCASP) é:

- a) permitir a consolidação pessoal das contas efetivas.
- b) permitir a consolidação nacional das contas públicas.
- c) permitir escolha das contas de resultado.
- d) distinguir as contas públicas das privadas municipalmente.

QUESTÃO 35

As finanças de uma empresa afetam a estrutura da organização. Neste sentido a administração financeira deve planejar e a nortear o futuro da empresa. E para que se possa acompanhar a evolução e identificar possíveis deficiências na gestão, a análise das demonstrações financeiras através de índice de liquidez que é obtida através de quocientes, e relacionam os bens e os direitos da empresa por intermédio de uma operação de divisão, ou seja, mede o quanto à empresa tem para cada unidade monetária que ela deve. Os



Índices de liquidez empregados nesse trabalho são:

- a) Ideal, concorrente, seca e geral.
- b) Imediata, corrente, seca e geral.
- c) Ideal, corrente, seca e pública.
- d) Imediata, financeira, molhada e geral.

QUESTÃO 36

Identifique a alternativa em que se apresentam apenas contas de ativo:

- a) Veículos, Bancos e Fornecedores a Pagar.
- b) Imóveis, Bancos e Desconto de Duplicatas.
- c) Imóveis, Bancos e Capital Social.
- d) Imóveis, despesas com salários, Bancos e Impostos a Pagar.

QUESTÃO 37

Contabilidade Pública se aplicam a qual administração?

- a) Administração Privada Federal, Estadual, Distrital e Municipal, bem como Autarquias, Fundações Públicas, além de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que participem do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
- b) Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, bem como Autarquias, Fundações Públicas, além de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que participem do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
- c) Administração Pública Pessoal, bem como Bancos e Financeiras.
- d) Administração Privada, bem como as Sociedades de Capital fechado e organizações sociais.

QUESTÃO 38

Podemos considerar que o ativo financeiro é:

- a) Qualquer ativo que seja imóvel, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual de pagar dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade; ou contrato que será ou que poderá vir a ser liquidado pelos instrumentos patrimoniais (como ações) da própria entidade.
- b) Qualquer passivo de outra entidade, direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade; ou contrato que será ou que poderá vir a ser liquidado pelos instrumentos patrimoniais (como ações) da própria entidade.
- c) Qualquer ativo que seja dinheiro, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade; ou contrato que será ou que poderá vir a ser liquidado pelos instrumentos patrimoniais (como ações) da própria entidade.
- d) Qualquer passivo imóvel, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade; ou contrato que será ou que poderá vir a ser liquidado pelos instrumentos patrimoniais (como ações) da própria entidade.

QUESTÃO 39

A Contabilidade Pública:

- a) É o ramo Financeiro que se presta para pagar, registrar e controlar os atos e fatos relacionados ao Público e suas variações, bem como acompanhar a execução do orçamento. Também chamada de Contabilidade Governamental, a Contabilidade Pública registra a arrecadação de receitas e a execução das despesas, controlando os atos e fatos relacionados ao Patrimônio e ao Orçamento Público.
- b) É o ramo da Administração que se presta para coletar, registrar e controlar os atos e fatos relacionados ao Patrimônio Público e suas variações, bem como acompanhar a execução do orçamento. Também chamada de Contabilidade Funcional, a Contabilidade Pública registra a arrecadação de receitas e a execução das despesas, controlando os atos e fatos relacionados ao Patrimônio e ao Orçamento Público.
- c) É o ramo da Contabilidade que se presta para coletar, registrar e controlar os atos e fatos relacionados ao processo licitatório e suas variações, bem como acompanhar a execução da licitação. Também chamada de Contabilidade Governamental, a Contabilidade Pública registra a arrecadação de despesas e a execução das despesas, controlando os atos e fatos relacionados ao Patrimônio e ao Orçamento Público.
- d) É o ramo da Contabilidade que se presta para coletar, registrar e controlar os atos e fatos relacionados ao Patrimônio Público e suas variações, bem como acompanhar a execução do orçamento. Também chamada de Contabilidade Governamental, a Contabilidade Pública registra a arrecadação de receitas e a execução das despesas, controlando os atos e fatos relacionados ao Patrimônio e ao Orçamento Público.

QUESTÃO 40

A Mutação passiva orçamentária Refere-se a:

- a) Contrapartida de receitas contabilizadas pela Contabilidade Pública que na prática, não são receitas.
- b) Contrapartida de despesas contabilizadas pela Contabilidade Pública que na prática, não são despesas.
- c) Contrapartida de receitas contabilizadas pela Contabilidade Pública que na prática, não são despesas.
- d) Contrapartida de despesas contabilizadas pela Contabilidade Pública que na prática, não são receitas.